

Os jovens e o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente

Young people and the right to sustainability and the environment

Adriane Maria Arantes de Carvalho¹

Meny Aparecida da Silva Ribas²

Diego Alves Simões³

Larissa Taís Martins Belmiro⁴

André de Muylder Oliveira⁵

RESUMO

O Estatuto da Juventude representa um marco no reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito. O direito à sustentabilidade e ao meio ambiente é tema de uma das oficinas desenvolvidas pelo ‘Projeto Ponto Jovem’. O objetivo deste artigo é avaliar as oficinas realizadas em 2017 e a relação dos jovens com esse tema. Foi aplicado um questionário a cento e oito jovens e utilizada a análise da observação. A grande maioria dos jovens entrevistados desconhece o Estatuto e revela baixo conhecimento sobre o tema da sustentabilidade e meio ambiente. Dessa forma, a avaliação da oficina foi positiva justamente por contribuir para aumentar esse conhecimento. Ao problematizar uma preocupação com o meio-ambiente, os jovens foram convidados a refletir sobre suas próprias ações e sobre o desenvolvimento sustentável. Espera-se que essa reflexão sirva de estímulo à participação no debate sobre políticas públicas.

Palavras-chave: Direitos dos jovens. Estatuto da Juventude. Desenvolvimento sustentável. Cidadania.

ABSTRACT

The Youth Statute represents a milestone in the recognition of young people as subjects of law. The right to sustainability and to the environment is the theme of one of the workshops developed by the Ponto Jovem Project. The objective of the present article is to evaluate the workshops held in 2017 and the relationship of young people with this theme. A questionnaire was applied to one hundred and eight young people and an observation analysis was used. The vast majority of young people interviewed is unaware of the statute and reveals little knowledge about the theme of sustainability and the environment. As such, the evaluation of the project was overall positive exactly for its contribution towards the raise of awareness of the problem. By raising discussion about the environment, the young people were invited to ponder their own actions and sustainable development. It is hoped that this reflection will stimulate young people to participate in the debate regarding public policies.

Keywords: Rights of young people. Youth Statute. Sustainable development. Citizenship.

¹ Dr.^a em Ciência da Informação, Professora do Departamento de Administração da PUC Minas. E-mail: adriane@pucminas.br.

² Mestre em Engenharia de Produção, Professora do Departamento de Administração da PUC Minas. E-mail: meny@pucminas.br.

³ Aluno do curso de Administração da PUC Minas São Gabriel. E-mail: diegoasimo@gmail.com.

⁴ Aluna do curso de Administração da PUC Minas São Gabriel. E-mail: larissa.tais.m.belmiro@gmail.com.

⁵ Aluno do curso de Administração da PUC Minas Praça da Liberdade. E-mail: andre_muylder@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Novos fenômenos sociais têm evidenciado os limites da compreensão da juventude e chamado atenção para aspectos que até muito recentemente eram pouco explorados. Há, grosso modo, duas visões preponderantes acerca da juventude, que transbordam para o mundo técnico-político: a da juventude enquanto geração (referente a um período de transição) e a da juventude como ator político. Segundo esta última visão, a juventude pode ser vista como “promotora de uma transformação social baseada na construção política de demandas juvenis pensadas como direitos e posicionadas no espaço público pelos próprios jovens para exigir respostas do Estado e dos adultos. (MARGULIS; URRESTI, citados por CARVALHO *et al*, 2012).

Desde a sua criação, em 2014, o “Projeto de extensão Ponto Jovem” definiu como objetivo o desenvolvimento de um ponto de informação que contribua para a construção da cidadania por meio da realização de oficinas e do fornecimento de informações que permitam aos jovens situarem-se como sujeitos autônomos e de direitos (CARVALHO *et al*, 2017). Entende-se que ações de informação podem contribuir para a construção da cidadania e para a formação de um ser autônomo.

Segundo a abordagem da antropologia da informação, proposta por Marteleto (2003), a informação constitui-se como um processo de elaboração de sentidos sobre as coisas e os sujeitos do mundo, remetendo às formas de representação e configurando-se como um fenômeno da esfera da cultura. Assim, inserida na esfera da cultura, a informação também é “uma prática, num contexto sociocultural de produção de discursos, representações e valores que informam cada existência, fornecendo a cada sujeito um modelo de competência (cognitiva, discursiva, comunicacional) para dirigir sua vida, para se relacionar como os outros, com a sociedade”. (MARTELETO, 1994, p.134).

Na verdade, busca-se reconhecer que essa autonomia tão desejada não ocorre apenas pelo acesso às informações socialmente significativas (GONZÁLES DE GOMEZ, 1999), mas deve construída coletivamente a partir da participação dos próprios interessados. Desta maneira, a experiência extensionista do projeto “Ponto Jovem” traz a possibilidade de desenvolver um aprendizado político e social de suas relações pessoais, institucionais e comunitárias, caracterizando então uma participação realmente responsável. Entende-se extensão como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15). Nesse sentido, a extensão é uma ação pedagógica que contribui para a formação de profissionais cidadãos tecnicamente competentes e comprometidos com uma sociedade mais justa (FERNANDES, 2011).

E, dessa maneira, a iniciativa do projeto inscreve-se dentro da política extensionista da PUC Minas, a qual explicita a importância da democratização do conhecimento produzido – por meio da ampliação dos canais de interlocução com os segmentos externos, assim como entende que essa relação dialógica permite retroalimentar o ensino, a pesquisa e a própria extensão universitária (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006).

Ao longo da sua existência, o projeto tem incluído professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento (Administração e outros), além de parceiros, especialmente os projetos de extensão “Sustentabilidade na Informática” e “Vila Fátima”, da PUC Minas São Gabriel, e a organização não governamental Centro de Educação para o Trabalho (CEDUC Virgílio Resi). Ressalta-se que o projeto reconhece a especificidade e a singularidade da(s) juventude(s) – público alvo – e do contexto sociocultural específico nos quais os jovens encontram-se inseridos, e define como elemento central a formação humana e profissional.

Uma das linhas do projeto tem sido a criação de oficinas vinculadas aos direitos dos jovens estabelecidos no Estatuto da Juventude. O objetivo deste artigo é avaliar a experiência das oficinas de Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente ofertadas pelo “Projeto Ponto Jovem”, em 2017. São objetivos específicos: verificar se os jovens atendidos pelos parceiros do projeto tinham algum conhecimento prévio sobre o Estatuto da Juventude e o tema da oficina, e investigar como eles percebem a relação do tema com a sua vida pessoal.

Entende-se que o conhecimento acerca dos direitos previstos no Estatuto da Juventude, dentre eles o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente, contribuirá para que este seja percebido como um instrumento legal de reivindicação e de ação dos jovens e que possa ser utilizado na construção de uma sociedade mais justa e libertária.

2 O JOVEM COMO SUJEITO DE DIREITOS

Para Bango (2008), citado por Fernandez *et al* (2014), a inserção do “problema” do jovem na agenda pública vincula-se aos processos de democratização que ocorreram na América Latina a partir do final dos anos 1980. De acordo com Severo (2014), com a primeira edição do Ano Internacional da Juventude – proclamado pelas Nações Unidas em 1985 –, os países latino-americanos deram início a uma série de ações para discutir o tema. A autora ressalta o importante papel da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens, de 2005, como um marco no reconhecimento do jovem como um sujeito de direitos, apesar de reconhecer que, nesse contexto, “o Brasil se tornou um dos últimos países da América Latina a contemplar uma legislação para jovens” (SEVERO, 2014, p.2).

Abad (2002) apresenta o seguinte quadro para a evolução das políticas públicas para a juventude no Brasil: de 1950 a 1980, educação como interesse básico / central das políticas; de 1970 a 1985, preocupação com a mobilização social de jovens; repressão de movimentos políticos; de 1985 a 2000, prevenção da delinquência e desenvolvimento social a partir do enfrentamento da pobreza; de 1990 a 2002, inserção laboral (e social, em menor medida) de jovens excluídos.

Sposito e Carrano (2003), citadas por Fernandez *et al* (2014), destacam que, até o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), as iniciativas direcionadas à juventude não podiam ser caracterizadas como políticas, mas como propostas com caráter de prevenção, controle ou de efeito compensatório. Como alerta Severo (2014), a inexistência de um marco regulatório, que integre as iniciativas a um projeto de inclusão social e de desenvolvimento nacional, mantém essas iniciativas desarticuladas e desvinculadas do contexto geral da sociedade.

É apenas a partir do primeiro governo Lula que ocorre a institucionalização das políticas públicas de Juventude (Fernandez *et al*, 2014), com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, do Conselho Nacional de Juventude e com a promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013. Destaca-se que os debates acerca da criação do Estatuto da Juventude tiveram início 2003 e levaram dez anos para serem implantados, o que evidencia a dificuldade em reconhecer a importância do tema (SEVERO, 2014).

De acordo com Fernandez *et al* (2014), a “composição do Conselho Nacional da Juventude assegura a participação da sociedade civil e do governo na formulação de políticas públicas” e evidencia o intuito de provocar o diálogo entre os “ministérios na tentativa de articular políticas para jovens” (FERNANDEZ *et al*, 2014, p.208).

O Estatuto da Juventude considera como jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. Ele contempla onze direitos (BRASIL, 2013). Na seção X do Estatuto da Juventude, estão dispostos os artigos relativos ao Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente:

Art. 34. O jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações.

Art. 35. O Estado promoverá, em todos os níveis de ensino, a educação ambiental voltada para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.

Art. 36. Na elaboração, na execução e na avaliação de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, o poder público deverá considerar:

I - o estímulo e o fortalecimento de organizações, movimentos, redes e outros coletivos de juventude que atuem no âmbito das questões ambientais e em prol do desenvolvimento sustentável;

II - o incentivo à participação dos jovens na elaboração das políticas públicas de meio ambiente;

III - a criação de programas de educação ambiental destinados aos jovens; e

IV - o incentivo à participação dos jovens em projetos de geração de trabalho e renda que visem ao desenvolvimento sustentável nos âmbitos rural e urbano.

Parágrafo único. A aplicação do disposto no inciso IV do **caput** deve observar a legislação específica sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes. (BRASIL, 2013)

Como enfatizam Fernandez *et al* (2014), na Política Nacional da Juventude encontra-se a disposição de um diálogo dos jovens com o tema da sustentabilidade por meio de projetos e de programas, os quais possuem um viés de denúncia política assim como de exercício da cidadania.

O tema da sustentabilidade e do meio ambiente possui alguns marcos históricos importantes, dentre eles: a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na Assembleia das Nações Unidas (1983); a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (1992), mais conhecida como ECO 92 ou Cúpula da Terra, que produziu cinco importantes documentos – Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Declaração sobre Princípios Florestais, Convenção sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre Biodiversidade e a Agenda 21; o Protocolo de Quioto (1997) que estabeleceu mecanismos para o tratamento das mudanças climáticas; a Rio +10 e a Rio + 20, Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (2002), que avaliaram os impactos da ECO 92; e a Conferência de Copenhague (2009), que conseguiu que alguns países assumissem um compromisso internacional com relação à emissão de poluentes, mesmo que sem a força de um protocolo (FERNANDEZ *et al*, 2014; PEARSON EDUCATION, 2011).

A inserção dos jovens em fóruns, comissões e instâncias que debatem essa temática ressalta o papel político que podem exercer. Nesse sentido, é importante reforçar a concepção de participação do jovem em contraposição à visão de protagonismo. Enquanto o protagonismo e, especialmente o juvenil, é entendido como um modo individual de superação dos problemas sociais, o conceito de participação remete ao entendimento de ações coletivas “de desenvolvimento e superação dos problemas sociais” (SEVERO, 2014, p.11). Afinal, “direitos são geralmente fruto de lutas históricas que devem ser consolidadas no cotidiano da sociedade, ou seja, precisam se transformar em conquistas sociais” (FERNANDEZ *et al*, 2014, p.215). E entende-se que a educação ambiental assume um papel importante nesse quadro.

3 A CONCEPÇÃO DA OFICINA

Para que o Estatuto da Juventude não se torne uma lei limitada e de pequeno alcance, “é necessário fazer o debate permanente de aprofundamento de quais são os direitos dos jovens no Brasil e, para isso, envolver os jovens é fundamental” (RODRÍGUEZ, citada por SEVERO, 2014,

p.15). Além disso sabe-se que “a aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado. (FREIRE, 1996, p.24)

O objetivo da oficina é o de proporcionar situações que permitam ao jovem realizar uma proposta de mudança em seus hábitos, a partir de experiências e exercícios conscientizadoras a respeito do tema da sustentabilidade e do meio ambiente. Espera-se que essa mudança ocorra tanto no nível individual / pessoal quanto no contexto no qual ele se encontra inserido.

3.1 Público-alvo das oficinas

O público-alvo das oficinas são jovens, especialmente aqueles entre quinze e dezoito anos, que participam dos cursos e oficinas oferecidos pelos parceiros do projeto.

Os jovens atendidos pelo projeto “Sustentabilidade na Informática” residem na região do Beira Linha, situada na região nordeste de Belo Horizonte e próxima ao *Campus* da PUC Minas São Gabriel. A região pode ser dividida em duas grandes áreas: uma primeira área fica próxima aos bairros São Gabriel e Ouro Minas; uma segunda área compreendida pelos bairros Belmonte, Ribeiro de Abreu e Paulo VI (PROJETO BEIRA LINHA, 2004).

Um diagnóstico social foi realizado pelo projeto de extensão “Articulando redes, fortalecendo comunidades”, em parceria com a Rede São Gabriel – os equipamentos públicos, particulares, associação de moradores, grupos, instituições religiosas, equipamentos sociais, moradores e lideranças comunitárias. Dos entrevistados, 40% concluíram os estudos até o Ensino Fundamental e 35%, o Ensino Médio. Com relação ao desenvolvimento de atividade remunerada, 45% da população pesquisada desenvolvem e 52% não desenvolvem. No que se refere à moradia, a maioria dos moradores da comunidade São Gabriel tem: acesso a banheiro, água, saneamento básico, energia elétrica em casa e na rua; ruas pavimentadas; coleta de lixo; não correm risco de desabamento em suas residências. (PROJETO ARTICULANDO REDES, FORTALECENDO COMUNIDADES, 2015). A partir de um diagnóstico do projeto ‘Sustentabilidade na Informática’, constatou-se que a renda familiar, em sua maioria, é advinda de atividades informais. Há um número expressivo de desempregados e de pessoas que, quando estão no mercado de trabalho, possuem uma renda baixa, de até 1 (um) salário mínimo. (SILVA, 2017).

O “Projeto Vila Fátima” atua com jovens de 15 a 17 anos da região de Justinópolis, em Ribeirão Neves, e tem parceria com a Arquidiocese de Belo Horizonte e com a Providência Nossa Senhora da Conceição (SILVEIRA, 2015). Esse projeto visa contribuir para o protagonismo juvenil

e para o fortalecimento de laços familiares e comunitários, num município que apresenta várias desigualdades sociais e no qual há uma nítida demanda por serviços e projetos sociais que venham a oferecer oportunidades aos jovens e suas famílias.

Dados do Diagnóstico de Justinópolis, obtidos junto ao “Projeto Vila Fátima”, caracterizam o município de Ribeirão das Neves como um município “dormitório” com um PIB *per capita* abaixo das médias estadual e nacional. O município não possui um plano diretor de educação, cultura e lazer nem infraestrutura de lazer e o distrito de Justinópolis apresenta um elevado índice de vulnerabilidade social (ABRANCHES; LEA, .s.d). O diagnóstico apurou algumas demandas, dentre as quais destacam-se a importância do trabalho com a educação ambiental, e o entendimento de que o trabalho com a educação e a autoestima dos jovens é fundamental. (ABRANCHES; LEAL, s.d).

O Centro de Educação para o Trabalho CEDUC Virgílio Resi oferece cursos profissionalizantes de curta duração com o objetivo de qualificar profissionalmente jovens que buscam conquistar sua vaga no mercado formal de trabalho. Os cursos são realizados em parceria com o poder público ou o setor privado, e abrangem o município de Belo Horizonte e outros da Região Metropolitana.

Os jovens aprendizes do CEDUC Virgílio Resi são da região metropolitana de Belo Horizonte, sendo que a maior parte (em torno de 60%) reside nos bairros no entorno da instituição (regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte), geralmente marcados pela violência do tráfico de drogas e pelo não acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e cultura. Em sua maioria, os jovens atendidos provêm de uma realidade socioeconômica baixa. Atualmente esse parceiro também atende jovens em situação de acolhimento (8%).

3.2 Estrutura, dinâmica e temas abordados

A oficina tem início com uma breve apresentação do “Projeto Ponto Jovem” e de seus objetivos. Depois é feita uma apresentação do Estatuto da Juventude e da seção que aborda o Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. A seguir é debatido o conceito de sustentabilidade.

Com o intuito de despertar o pensamento crítico sobre os impactos ambientais e suas consequências, são discutidos diversos atos de negligência e de desrespeito ao meio ambiente, tais como desperdício, desmatamento, poluição do ar e chuva ácida e poluição dos rios, lagos e oceanos, consumo consciente etc. Em seguida, são discutidos e apresentados casos de iniciativas nacionais e internacionais que apresentam alternativas para alguns problemas ambientais e os jovens são convidados a compartilhar as suas experiências, principalmente em casa e na escola, e impressões

sobre o tema. Ao final é aplicado um *Quizz*, no qual se busca levantar e discutir atividades sustentáveis que podem fazer parte do dia a dia desses jovens, seus hábitos de consumo e a sua inserção nessa discussão.

A partir de uma iniciativa desencadeada pelo “Projeto Vila Fátima”, nas duas últimas oficinas foi utilizada a técnica do Mapa Afetivo. Essa metodologia consiste em investigar, por meio da localização geográfica (mapa), a relação dos sujeitos com o espaço que habitam. Parte-se do pressuposto de que, por meio da memória afetiva, possam ser resgatados laços sociais e sensoriais. No caso da oficina, foi solicitado a cada jovem que localizasse no mapa três pontos onde ocorriam descasos com o meio ambiente. Desse modo, o mapa é uma ferramenta na qual os jovens podem retratar, de acordo com a percepção deles, os problemas ambientais e não sustentáveis.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se por uma pesquisa que combina a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa. Ao investigar os interesses, opiniões e expectativas dos indivíduos de uma população – no caso, os jovens atendidos nas oficinas do “Projeto Ponto Jovem” – trabalha-se com a abordagem qualitativa. Por esse motivo, a pesquisa pode ser descrita como exploratória. A abordagem quantitativa foi aplicada na avaliação da oficina oferecida.

Para a coleta dos dados, foi elaborado um questionário com seis questões abertas e uma questão fechada. Os dados relativos ao perfil do jovem (faixa etária, sexo e nível de escolaridade) foram coletados no questionário. As questões abertas de 1 a 3 verificavam o conhecimento prévio do jovem em relação ao “Ponto Jovem”, ao Estatuto da Juventude e ao tema da oficina, respectivamente. A questão 4 (fechada) avaliava a qualidade das informações. Para isso, foram definidos sete critérios de qualidade da informação das dimensões de conteúdo e da forma adaptados de O’Brien (2001). Para a mensuração, fez-se uso de uma escala tipo Likert de 1 a 5 (discordo totalmente a concordo totalmente). Por fim, as questões 5 e 6 abordaram os pontos positivos e negativos da oficina, respectivamente, e a questão 7 os temas de interesse do jovem. Para fins deste artigo, não serão abordadas as questões 1 e 7, pois não estão diretamente relacionadas com o tema da sustentabilidade e do meio ambiente.

Os questionários foram aplicados no final das oito oficinas de Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente, oferecidas pelo “Projeto Ponto Jovem” junto aos parceiros do projeto, entre os meses de abril a novembro de 2017. Foram realizadas duas oficinas no “Projeto Sustentabilidade na Informática”, três no “Projeto Vila Fátima” e três no CEDUC Virgílio Resi. Essas oficinas contaram

com 112 jovens, dos quais 108 responderam ao questionário, sendo que dez jovens eram do “Projeto Sustentabilidade na Informática”, quarenta e um do “Vila Fátima” e cinquenta e sete do CEDUC Virgílio Resi.

Também foi feito uso da observação, especialmente na aplicação do mapa afetivo, em duas oficinas, uma delas realizada junto ao “Projeto Vila Fátima” e outra junto ao CEDUC Virgílio Resi. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

5 RESULTADOS

A maioria dos jovens estão na faixa de quinze a dezoito anos, conhecida como jovem-adolescente. Eles totalizam oitenta e oito jovens e representam 83% daqueles que responderam ao questionário. Observa-se que dez participantes são adolescentes abaixo de quinze anos e dez situam-se acima de dezoito anos. Com relação ao sexo, as oficinas tiveram quarenta e nove jovens do sexo feminino e cinquenta e nove do sexo masculino. A maioria dos jovens está cursando o ensino médio (79 jovens ou 73%) ou o concluíram (12 ou 11%), o que é compatível com a faixa etária. Destaca-se que seis desses jovens estão cursando o nível superior, o que pode indicar um aspecto positivo das políticas de inclusão social voltadas para o ensino superior. Do restante, cinco (5%) estão cursando o ensino fundamental, quatro (4%) concluíram o ensino fundamental e dois (2%) têm curso técnico.

5.1 Conhecimentos prévios acerca do Estatuto da Juventude e do tema

Ao serem indagados se tinham algum conhecimento prévio acerca do Estatuto da Juventude (questão 2), oitenta e seis jovens (80%) afirmaram não conhecer o estatuto. De acordo com o Agenda Pública (2015), observa-se nos jovens a falta de conhecimento sobre políticas relacionadas à juventude, sobre programas do governo com esse alvo e sobre políticas relacionados a empregos. Observa-se o mesmo em relação aos entrevistados. Destaca-se que dos vinte e dois jovens (20%) que tinham conhecimento, três eram vinculados ao projeto “Sustentabilidade na Informática” sete ao “Projeto Vila Fátima” e doze ao CEDUC Virgílio Resi. Desses, oito (36%) tiveram contato com o estatuto em instituições de ensino, cinco junto ao “Projeto Vila Fátima”, dois no CEDUC Virgílio Resi ou no Centro de Referência da Juventude (da Prefeitura de Belo Horizonte), um na família, cinco por meio de pesquisas e dois não informaram.

A questão 3 indagava se os jovens tinham algum conhecimento relativo ao tema da oficina. Trinta jovens (28%) não conheciam o tema, sete (6%) não responderam e setenta e um (66%) responderam conhecer algo do tema. Dos sete jovens vinculados ao “Projeto Sustentabilidade na Informática” que responderam ter conhecimento sobre o tema, quatro avaliaram o nível conhecimento como baixo, dois como médio e um como alto. Três jovens não informaram o seu nível de conhecimento prévio.

No caso do “Projeto Vila Fátima”, dos 34 jovens que responderam ter conhecimento sobre o tema, treze classificaram o seu nível de conhecimento como baixo, cinco como médio e dois como baixo. Quatorze jovens não classificaram o seu nível de conhecimento. Finalmente em relação ao CEDUC Virgílio Resi, dos quarenta e cinco jovens que afirmaram ter conhecimento sobre o tema, trinta e um o classificaram como baixo, onze como médio e três como alto. Doze não informaram o seu nível de conhecimento prévio. Constata-se que, apesar de o tema da oficina ter ganhado muito destaque nos últimos anos, ao se autoavaliarem, os jovens ainda revelam desconhecê-lo.

5.2 Avaliação da oficina

A questão quatro aborda sete critérios relacionados à qualidade da informação. Na dimensão da forma, procurou-se saber se as informações foram apresentadas de uma maneira clara e simples (primeiro critério) e se o uso de elementos visuais (imagens e vídeos) foi adequado para despertar o interesse no tema da oficina (segundo critério).

Em relação ao primeiro critério, de uma maneira geral, a avaliação foi muito positiva. Nenhum jovem discordou da afirmativa. A grande maioria (92 jovens ou 85% do total) concordou totalmente com a afirmativa, onze (10%) concordaram e cinco (5%) fizeram uma avaliação média em relação à clareza da apresentação. No que se refere aos jovens vinculados ao “Projeto Sustentabilidade na Informática”, oito concordaram totalmente (80%), um concordou (10%) e o outro (10%) avaliou pela média da escala. No caso dos jovens participantes do “Projeto Vila Fátima”, trinta (73%) concordaram totalmente, sete (17%) concordaram e quatro (10%) avaliaram pela média da escala. Por sua vez, os jovens vinculados ao CEDUC Virgílio Resi ou concordaram com a afirmativa (3 jovens ou 5%) ou concordaram totalmente (54 jovens ou 95%).

Com relação uso de imagens e vídeos na oficina, nenhum jovem avaliou negativamente o critério. No seu conjunto, a avaliação média foi atribuída por sete jovens (6%). Concordaram com a afirmativa 22 jovens (21%) e concordaram totalmente 79 jovens (73%). No caso dos jovens do “Projeto Sustentabilidade na Informática”, sete (70%) concordaram totalmente e 3 (30%) concordaram. A avaliação média foi dada por três jovens (7%) do “Projeto Vila Fátima”:

concordaram com a afirmativa 10 jovens (25%) e concordaram totalmente 28 jovens (68%) desse projeto. Quarenta e quatro jovens (77%) do CEDUC Virgílio Resi concordaram totalmente, nove (16%) concordaram e quatro (7%) avaliaram pela média. Os resultados foram semelhantes para os diferentes grupos.

O terceiro critério refere-se à dimensão do conteúdo, especificamente à relevância ou utilidade do tema da oficina. Nenhum aluno discordou totalmente, mas um jovem (1%) discordou. Apenas dois jovens (2%) marcaram a avaliação média na escala Likert. Do restante, 28 jovens (26%) concordaram e 77 jovens (71%) concordaram totalmente. Todos os jovens que participam do projeto Sustentabilidade na Informática consideraram o tema importante, sendo que 8 (80%) concordaram totalmente e dois (20%) concordaram. No caso dos jovens do “Projeto Vila Fátima”, 24 (59%) concordaram totalmente, 16 (39%) concordaram e apenas um (2%) mostrou-se indiferente. No caso dos jovens do CEDUC Virgílio Resi, quarenta e cinco (79%) concordaram totalmente, dez (18%) concordaram e um (2%) mostrou-se indiferente.

No quarto critério, buscou-se verificar se a oficina despertou o interesse do jovem pelo tema do direito à sustentabilidade e ao meio ambiente. Apenas um jovem (1%) discordou, revelando que a oficina não despertou o seu interesse. A maioria deles (59 jovens ou 55%) concordou totalmente, 30 (28%) concordou e 18 (16%) mostraram-se indiferentes. Os jovens do CEDUC Virgílio Resi tiveram um percentual maior de indiferença (20%) em relação aos jovens do “Vila Fátima” (15%) e do “Projeto Sustentabilidade na Informática” (0%).

Dessa, pode-se dizer que os jovens estão sensíveis ao tema e cientes da sua importância. Mas como percebem isso na sua vida pessoal?

Indagados sobre o impacto do tema na sua vida pessoal e sobre a possibilidade de mudarem de atitudes e de valores, 54 jovens (50%) concordaram totalmente, 39 (36%) concordaram, 13 (12%) não concordaram nem discordaram e dois (2%) não concordaram. Os que discordam são jovens vinculados do CEDUC Virgílio Resi. No “Projeto Sustentabilidade na Informática”, 4 jovens (40%) concordaram totalmente que o tema terá impacto na sua vida pessoal e que poderá provocar mudança de atitude, 2 (20%) concordaram e 4 (40%) não concordaram nem discordaram. Do “Projeto Vila Fátima”, 18 jovens (44%) concordaram totalmente, 20 (49%) concordaram e apenas 3 (7%) não concordaram ou discordaram. Por sua vez, dos jovens do CEDUC Virgílio Resi, 32 (56%) concordaram totalmente, 17 (30%) concordaram e 6 (11%) não concordaram nem discordaram. Destaca-se que durante uma oficina no “Vila Fátima”, um dos jovens ficou incomodado, e mesmo constrangido, quando foi discutido o impacto de jogar lixo no rio.

Para confrontar esse aspecto utilizou-se o mapa afetivo. A sua utilização permite territorializar a discussão e trazê-la para situações concretas vivenciadas pelos jovens ao estabelecer uma ligação entre a realidade e a região onde moram. Ao trabalharem com o mapa afetivo, os jovens de uma oficina no CEDUC Virgílio Resi destacaram alguns problemas que percebiam na região: existência de lixo na rua e de poluição (cinco vezes); alagamentos (três vezes); enchentes, lixo na mata, esgoto, e lixo na Lagoa da Pampulha (duas vezes cada); degradação, falta de lixeiras, lixo em rios, falta de tratamento de córregos e de saneamento básico (uma vez cada). Observa-se uma diversidade de problemas no diagnóstico feito por eles.

No mapa afetivo da última oficina no ‘Projeto Vila Fátima’, os jovens destacaram as seguintes ocorrências: lixo na rua e problemas relacionados a esgotos e córregos (quatro vezes); descarte de lixo irregular e lixo em lote em vago (três vezes); lixo em bueiros (duas vezes); lixo ao céu aberto, lixo do ‘Buracão’, lixo da região, atraso no recolhimento de lixo, coleta de lixo precária e falta de saneamento básico (uma vez cada). Percebe-se que os pontos levantados se concentram na questão do lixo e da sua coleta.

A questão da violência urbana foi citada uma vez nas duas oficinas, mesmo não sendo tema da oficina. Entende-se que isso evidencia a preocupação do jovem com a violência.

Em relação ao impacto do tema na sua formação e no aumento do conhecimento sobre o tema (sexto critério), nove jovens (8%) não concordaram nem discordaram. Do restante, 67 jovens (62%) concordaram totalmente e 32 (30%) concordaram. No ‘Projeto Sustentabilidade na Informática’, 6 jovens (60%) concordaram totalmente que o tema terá impacto na sua formação e no seu nível de conhecimento, 2 (20%) concordaram e 2 (20%) não concordaram nem discordaram. No ‘Vila Fátima’, 21 jovens (51%) concordaram totalmente, 14 (34%) concordaram e apenas 6 (15%) não concordaram ou discordaram. No CEDUC Virgílio Resi, 40 jovens (71%) concordaram totalmente, 16 (28%) concordaram e 6 (11%) não concordaram nem discordaram.

Em relação a como o tema abordado contribuirá para a sua inserção na sociedade (sétimo critério), apenas um jovem (1%) discordou, dezessete jovens (16%) não concordaram nem discordaram, trinta e nove jovens (36%) concordaram e cinquenta e um jovens (47%) concordaram totalmente, mostrando uma percepção de que o tema é impactante. Quando analisamos por grupo de jovens os resultados são parecidos. No ‘Projeto Sustentabilidade na Informática’, cinco jovens (50%) se mostraram indiferentes, três (30%) concordaram e dois (20%) concordaram totalmente. No ‘Projeto Vila Fátima’, vinte e um jovens (51%) concordaram totalmente, quatorze (34%) concordaram e apenas seis (15%) não concordaram ou discordaram. No CEDUC Virgílio Resi, vinte e oito jovens (49%) concordaram totalmente, vinte e dois (39%) concordaram, seis (10%) não

concordaram nem discordaram e um jovem (2%) discordou. De uma maneira geral, os jovens concordam que o tema é importante e que tem impacto na sua inserção na sociedade e que a oficina contribuiu positivamente para o aumento de conhecimento sobre o tema.

Finalmente, quando indagados acerca dos pontos positivos (questão 5), setenta e quatro jovens (69%) destacam aspectos relacionados a refletir/aprender sobre o tema. Surgiram mais 16 aspectos diferentes. No que se refere aos pontos negativos (questão 6) da oficina, cinquenta e dois jovens (48%) afirmaram não ter pontos negativos, dezessete (16%) não responderam e o mesmo número forneceu uma resposta que não era coerente com a pergunta. Os demais apresentaram respostas diversas e dispersas, com uma ou duas ocorrências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação em curso na sociedade atual, como mencionado, exige dos sujeitos competências que contribuam para a superação dos desafios da inserção social ativa. Essas competências transcendem o campo do conhecimento científico, envolvendo a capacidade de intervenção qualitativa sobre o rumo da própria história e também sobre o mundo em seu entorno. Assim, espera-se o surgimento de um sujeito que se reconheça e aja como um ser autônomo, consciente de suas responsabilidades, capaz de se posicionar diante dos problemas, superar adversidades e, ao mesmo tempo, assumir compromissos, ponderando sobre as consequências das suas escolhas e decisões.

Pode-se concluir que a oficina foi avaliada positivamente pelos jovens, os quais aprovaram o conteúdo apresentado e a forma de sua apresentação. Esses jovens também mostraram interesse pelo tema e reconhecem sua importância na sua vida pessoal. Quando solicitados a contextualizar o tema, por meio do mapa afetivo, percebeu-se que são capazes de relacioná-los aos principais problemas ambientais que enfrentam.

Nota-se que os problemas são diferentes em cada grupo, mas a questão do lixo merece destaque. Sabe-se que essa questão pode ser mais bem enfrentada quando a educação ambiental é associada a políticas públicas. Espera-se que a discussão dos direitos dos jovens contribua não apenas para melhorar o conhecimento deles acerca do tema, mas também como estímulo à participação e à discussão de políticas públicas de um jovem portador da capacidade e do desejo de transformação.

REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude, in: FREITAS, M.V.; PAPA, F.C (orgs.). **Políticas públicas de juventude** – Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2003.
- ABRANCHES, M.; LEAL, RITA. **Diagnóstico Justinópolis**. Belo Horizonte: PUC Minas, s.d.
- AGENDA PÚBLICA. Políticas de juventude: kit do gestor. 2015.
- BRASIL. **Lei Nº 12,852, de 5 de agosto de 2013**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm >
- CARVALHO, A. M. A. *et al.* Inovação social em políticas públicas: a juventude em foco. **Informação & Informação**. v. 17, n. 2, p.1-36, 2012.
- CARVALHO, A.M.A. **Projeto Ponto Jovem** (projeto de extensão). Belo Horizonte, PUC Minas, 2017.
- FERNANDES, Mônica Abranches. Trabalho comunitário: uma metodologia para ação coletiva e educativa da extensão universitária em comunidades. In: MENEZES; SÍVERES. **Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011., p.138-159
- FERNANDEZ, Cristiane Bonfim *et al.* Política pública, juventude e sustentabilidade. **Argumentum**, Vitória, v.6, n.2, p. 201-217, jul./dez. 2014
- FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão**. Manaus, mai. 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.7-30, jul./dez. 1999.
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.115-137, jul./dez. 1994.
- MARTELETO, Regina Maria. Informação da sociedade na sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.8, n. especial, p.4-7, jul./dez. 2003.
- O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2001
- PEARSON EDUCATION. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Belo Horizonte, jun. 2006.
- PROJETO ARTICULANDO REDES, FORTALECENDO COMUNIDADES. **Diagnóstico social do bairro São Gabriel**. Belo Horizonte: 2015
- PROJETO BEIRA LINHA. **Diagnóstico Sociodemográfico**. PUC Minas; Embaixada Italiana. 2004

SEVERO, Mirlene Fátima Simões. Estatuto da Juventude no Brasil: avanços e retrocessos (2004-2013). **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, dec. 2014. Disponível em: <http://revistasnj.ibict.br/ojs_snj/index.php/snj/article/view/MIRLENE%20SEVERO>. Acesso em: 1 mar. 2018. doi: <https://doi.org/10.22477/rjpp.v1i1.1>.

SILVA, Soraia Lúcia. **Projeto Sustentabilidade na Informática**: reciclagem e manutenção de computadores para as comunidades da região do Beira Linha (projeto de extensão). PROEX PUC Minas, 2017

SILVEIRA, Luciana Fagundes. **Vila Fátima**: projeto de intervenção social. Projeto de extensão. PROEX PUC MINAS, 2015.